

À guisa de introdução: o que perguntamos à família e à religião?

LUIZ FERNANDO DIAS DUARTE

De uma forma ou de outra, a questão da modernidade continua fortemente atrelada ao critério do ‘religioso’: à inquietação ou ao alívio com a sua presença, com a sua ausência ou com as suas transformações. Mesmo que sob formas muito mais complexas e nuançadas que as formas que caracterizaram o pensamento dos iluministas, permanece no horizonte o brilho da equação original de uma razão desimpedida das crenças apriorísticas e capaz de projetar para o futuro uma realidade humana puramente imanente, des-encantada, onipotente.

Hoje, todavia, essa equação está acompanhada nas ciências sociais contemporâneas, quase como um lugar-comum, pela denúncia de tal fantasia originária e pelo reconhecimento da generalizada (e possivelmente crescente) imbricação da modernização com as mais variadas formas de religiosidade, em diferentes graus de institucionalização. Avulta mesmo a consciência muito clara, já presente desde o século XIX, da inevitabilidade dessa tensão e da gravidade do desafio analítico que representa para os estudos sociais.

É compreensível, assim, que um constante fluxo dos estudos de religião se venha mantendo ora mais próximo do centro das questões que nos apresentam a instituição e a experiência religiosas, ora nas fronteiras que desenham com as demais temáticas de pesquisa social, buscando perceber os fios e tons com que se tecem suas complexas relações. Essa preocupação pode se expressar nos grandes temas da vida pública e de suas vicissitudes, como a política e a economia, mas é sobretudo inevitável e vigorosa nas esferas da vida privada (ou das refrações privadas da vida pública). Os fenômenos da saúde, da reprodução e da sexualidade compõem, de maneira mais imediata, a dimensão ‘moral’ da definição dos sujeitos sociais e acarretam, inevitavelmente, uma indagação sobre as relações entre o ethos familiar e o ethos religioso. É na sobreposição dessas duas ordens de relacionalidade primordiais – uma mais societária, a outra mais cosmológica – que se definem as condições básicas de presença dos sujeitos no mundo, aquelas que o sustentarão como elemento da vida pública e de seus desafios.

Qualquer iniciativa que tenda a influir na vida social contemporânea de modo a viabilizar sua adequação aos valores modernos por excelência, esses que ainda vi-
bram sob as palavras-chave liberdade e igualdade, enfrenta a necessidade de indagar
como se articulam ‘família’ e ‘religião’, de que modo conformam representações e
experiências da subjetividade mais ou menos sensíveis à pregação modernizante.
Tais perguntas têm sido feitas pelos cientistas sociais, e é de todo conveniente que
se combinem a pesquisa sistemática e a disposição de agenciamento democrático
da sociedade para que possam emergir, abundantes, os frutos do conhecimento
empírico e da reflexão teórica e comparativa. A presente coletânea é um desses re-
sultados: um esforço acadêmico intenso e coletivo, representado inicialmente pelo
projeto “Família, reprodução e ethos religioso”, que, durante os últimos dois anos,
conduzi com auxílio da Fundação Ford, ele próprio parte de um projeto maior,
“Sexualidade, gênero e família: rupturas e continuidades na experiência da pessoa
ocidental moderna”, também coordenado por mim e financiado pelo CNPq desde
2003. Esse projeto integrado abarca sobretudo os colegas pesquisadores do Centro
Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM/Instituto de Me-
dicina, Universidade do Estado do Rio de Janeiro), onde a temática da ‘família’ é,
evidentemente, um eixo de reflexão essencial.

O Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (Museu Nacional, Uni-
versidade Federal do Rio de Janeiro), do qual faço parte, uniu-se ao CLAM e
ao Grupo de Estudos sobre a Família Contemporânea (GREFAC), sediado na
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, para organizar, em agosto de 2004,
um seminário sobre relações familiares, sexualidade e religião que ensejou a apre-
sentação de numerosos trabalhos e a emergência de ricas discussões. Os quatro
responsáveis por esse seminário são os quatro coordenadores do presente volume.
Em setembro do mesmo ano, presidi um painel sobre família, reprodução e ethos
religioso no VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, realizado
em Coimbra, no qual foram retomados pontos cruciais da questão. Encontram-se
nesta coletânea contribuições oriundas desses dois contextos. Há textos do semi-
nário de agosto que não estão aqui. Dados o tamanho e a complexidade do de-
senho original, alguns deles foram publicados em diferentes volumes da coleção
“Família, geração e cultura”, da editora da Fundação Getúlio Vargas. Uma série de
comunicações ligadas à nossa temática compôs outra coletânea, intitulada *Relações
familiares, sexualidade e religião* (Rio de Janeiro: Garamond, 2005), a cargo dos
mesmos coordenadores desta, e que complementa um esforço editorial cerrado
que não seria possível sem o apoio da Fundação Ford.

Esta coletânea expressa disposições e contextos de pesquisa muito díspares.
Os trabalhos de Evangelina Maria Mazur, Edlaine de Campos Gomes, Juliana de
Mello Jabor e Naara Luna, assim como o que escrevi com as três últimas, foram

produzidos no âmbito específico de minha pesquisa e guardam um ar de família intelectual, tendo sido trabalhados em um mesmo registro de problematização, ainda que voltados para referências empíricas muito heterogêneas. Carlos Alberto Steil, Cecília L. Mariz, Maria das Dores Campos Machado e Patricia Birman foram convidados a apresentar suas contribuições originais nos dois encontros científicos mencionados, com o intuito de ampliar e enriquecer as perspectivas de diálogo pretendidas.

A alguns leitores talvez passe despercebida a novidade do eixo de amarração aqui proposto entre “família” e “religião”. Embora cada um dos temas suscite isoladamente um manancial constante de bibliografia, não ocorre o mesmo com a sua interface. Pode-se encontrar material pertinente a essa relação entranhado em qualquer etnografia densa das experiências sociais contemporâneas. Todo sujeito social se relaciona com a “família” (nova ou de origem; de modo afirmativo ou negativo) ou lida de algum modo com a religiosidade (em uma atitude positiva ou negativa; frouxa ou institucionalizada). Não faltam, assim, referências empíricas esparsas na etnografia sobre qualquer classe social em qualquer cidade, região ou país.

A nosso ver, contudo, não existe uma sistematização reflexiva específica mais constante, a constituição de um campo organizado de debate mais nitidamente focado. Não se trata apenas, na disposição de favorecer a sua constituição, de uma inconveniente acentuação das partições internas à nossa disciplina – a que sou resistente, acompanhando uma antiga objeção de Louis Dumont –, mas sim de propiciar um micro-clima consistente para o diálogo focalizado. A sociologia da religião é um continente vasto, com algumas dimensões mais distantes do que aquelas que nos interessam nessa interface. As temáticas clássicas do i) estatuto ontológico e gnoseológico do ‘religioso’; ii) da especificidade e das características fenomenológicas da ‘experiência’ religiosa; e iii) da dinâmica própria das instituições religiosas instruem e inspiram de longe um empreendimento que se volte mais diretamente para a relação entre o ethos religioso e a construção da pessoa no seio da família, sem com ele se confundirem. Do mesmo modo, as temáticas fundamentais i) da relação da instituição familiar com o desenvolvimento e a intervenção do Estado moderno; ii) da dinâmica intensa entre a instituição familiar e o mercado de trabalho e os aparelhos de integração à cidadania; e iii) da fenomenologia dos sentimentos e da gestão das relações nas unidades familiares são fontes de esclarecimento essencial de nosso foco, mas não podem substituí-lo nem empanar sua especificidade.

Um ponto de afinidade histórica a inspirar a pretendida focalização é a reconstrução paralela dos dois fenômenos com base na hegemonia da ideologia do individualismo na cultura ocidental moderna. Com efeito, tanto religião quanto família conservam uma preeminência apriorística da ‘relação’, em detrimento do

monadismo do sujeito indivíduo e de sua razão autônoma. A criação de novas versões de ambas as instituições foi uma das peças críticas para o sucesso da nova cosmologia. No caso da religião, as notórias e sangrentas vicissitudes da Reforma protestante sempre tornaram muito claras as condições e direções dessa reconstrução para o caso da religião. Os formatos emergentes expressaram uma nova relação com o mundo, cujas implicações mais abrangentes foram objeto da lição magistral de Max Weber. O caso da família foi muito menos explícito, menos espetacular, embora não tenha exigido menores esforços ideológicos, políticos e organizacionais. A compreensão da forma fenomenal da família que emergiu no fim do século XVIII e aos poucos se espalhou nos tempos subsequentes só se consolidou muito recentemente, com os aportes críticos da história sociológica de Michel Foucault, Philippe Ariès e Norbert Elias. Não é à toa, portanto, que formulamos perguntas comuns à família e à religião. De que modo se deram, e continuam ocorrendo em todos os nódulos de nossa trama social contemporânea, essas reconstituições do sentido da relacionalidade constitutiva da vida social no contexto ideologicamente hostil do individualismo e de sua ênfase na autonomia subjetiva e societária?

Para alguém, como eu, que é autor e interlocutor ativo dos demais textos desta coletânea a tentação de transformar sua introdução em uma ambiciosa súplica desses problemas maiores que desenharam o horizonte de dúvidas de nosso projeto comum é muito grande. Mas é melhor que os leitores acompanhem os meandros dessas inquietações, passo a passo, por meio das fórmulas específicas de nossos artigos, todos eles construídos no diálogo com material etnográfico ou sociológico bem definido, como se espera de um empreendimento de tom antropológico.

Algumas pistas introdutórias, no entanto, impõem-se para todos aqueles que folhearem estas páginas preliminares na esperança de uma apreensão global de nossa contribuição, de um guia para o ordenamento ou a seleção das leituras. É conveniente, nesse escopo, sublinhar que os textos vinculados à minha pesquisa já mencionada levam em conta a hipótese, exposta no texto que escrevi com minhas três colaboradoras, sobre a necessidade de incluir na etnografia das disposições religiosas as atitudes cosmológicas que, no mundo moderno, representam-se como laicas, ao mesmo tempo que dispõem das mesmas sistematicidade e força moral consideradas por Durkheim a pedra de toque do fenômeno religioso. Parcela desses textos não o tematiza diretamente, porém todos estão, em razão das características de suas referências etnográficas, explicitamente envolvidos com o religioso (ou com o 'espiritual'). Também avulta nesse conjunto a proposta analítica de considerar como eixos eminentes de um 'ethos privado não-confessional' as ênfases ideológicas (ou 'princípios culturais') que chamamos de 'subjetivismo' e de 'naturalismo'. Os leitores verificarão, na prática (reflexiva, é claro), o que isso quer dizer e que rendimento pode ter para compreender as complexas tramas da família

e religião em nossa sociedade. O terceiro elemento comum, mais bem explicitado no texto que assino, é o das condições de ‘relacionalidade’ possíveis em sociedades crescentemente individualizadas, por meio – justamente – do deslizamento não-linear dos recursos primordiais oferecidos aos infantes por suas famílias de origem para os recursos de adesão e pertencimento religiosos, hoje vistos majoritariamente como matéria de eleição (com todas as nuances desse termo polissêmico). Avulta, a partir dessa formulação, a pertinência empírica do tema da reprodução transgeracional do ethos familiar e das disposições religiosas: como em toda parte, há conflito entre a ‘atribuição’ original e a ‘aquisição’ tornada obrigatória. Seja no ‘amor ético’ da família batista analisado por Juliana Jabor, seja na tensão da pluralidade religiosa no seio de uma rede familiar popular tratada por Edlaine Gomes, na combinação entre parentesco ‘terreno’ e ‘espiritual’ descrita, para um grupo de ‘espiritualistas’, por Evangelina Mazur ou no complexo quadro de negociações entre o desejo de reprodução de casais estéreis, os preceitos éticos de seus sistemas de crenças e as próprias representações científicas e religiosas da comunidade médica envolvida na reprodução assistida, tal como analisado por Naara Luna, surgem em cena não só as questões evocadas, como também muitas outras específicas de suas próprias pesquisas.

Os textos dos autores convidados também se baseiam em contextos empíricos muito diversificados e estruturam seus argumentos com recursos analíticos diferentes. Creio, no entanto, que um notável diálogo subjacente amarra essas contribuições entre si – e entre estas e as que advêm de meu grupo de pesquisa.

Tanto Cecília Mariz, ao tratar das ‘comunidades de vida e aliança’ que se estruturam no horizonte da experiência carismática católica, quanto Carlos Steil, ao descrever a experiência de um núcleo curador também vinculado ao horizonte carismático, apresentam o tema do trabalho sobre a família em um contexto religioso, seja sob o modo congregacional das ‘comunidades’ construídas, seja sob a forma imaginária de um trabalho sobre o mal na filiação transgeracional. Sob esse prisma, dialogam com o material de Mazur e de Jabor, em que um intenso trabalho simbólico, de cunho religioso, atualiza-se para reforçar as estruturas familiares, sentidas como enfraquecidas ou ameaçadas.

O trabalho de Maria das Dores Machado, que apresenta os dados de uma pesquisa quantitativa sobre ethos privado e religião entre ‘formadores de opinião pública’, descreve com acuidade a alta ‘individualização’ das famílias e a crescente privatização da experiência religiosa nos segmentos superiores da sociedade brasileira cobertos por sua pesquisa. Sua interpretação não só conversa muito claramente com algumas das propostas enunciadas por mim e minhas colaboradoras sobre o ‘subjativismo’ como ideologia laica estruturante, como também oferece um termo de comparação com as características do material apresentado por Patricia Birman

em sua pesquisa com camadas médias francesas intelectualizadas, divididas entre a defesa de um ‘ethos individualista de natureza expressiva’, aí generalizado, e o temor da perda da autonomia individual implicada na adesão às ‘seitas’ alternativas.

Os artigos de Steil, Luna e Birman se aproximam no trato das relações da experiência religiosa com a racionalidade moderna, encarnada sobretudo na idéia da ciência e suas verdades. Para Steil, trata-se, primordialmente, dos saberes psicológicos envolvidos no que chama de uma ‘lógica psíquico-mística’; para Luna, dos saberes médicos envolvidos nos meandros técnicos e éticos da reprodução artificial; e para Birman, do diálogo, nas famílias ameaçadas pelas ‘seitas’, de diferentes versões dos valores laicos originais do Iluminismo, representados aí basicamente pela interferência fascinante de um personagem maçom, em confronto com o modelo da *Bildung* expressivista romântica. Em todos eles, porém, abordam-se atualizações – com sinais diferentes, é verdade – da ‘percepção de fraqueza institucional da família e dos valores que a sustentam’, a que Mariz se refere em seu artigo.

O tema da ‘congregação’ como ordem relacional ‘adquirida’ e de sua tensão em relação ao pertencimento familiar subjaz às contribuições de Duarte, Jabor, Birman, Steil e mesmo de Mazur, embora no último caso se possa falar de uma ‘congregação familiar’ como solução extremamente peculiar para a tensão constitutiva entre a atribuição da herança familiar e a aquisição de uma nova ordem relacional. Os batistas de Jabor lutam para fazer coincidir as duas ordens, por meio de um exaustivo trabalho na socialização das novas gerações; os informantes de Birman expressam sua perplexidade ante a possibilidade de uma didática da liberdade que redunde em uma ‘servidão voluntária’. Os fiéis do ‘inconsciente espiritual’ transgeracional de Steil trilham uma outra via, a de olhar para a memória das relações familiares e – muito próximos dos modelos psicologizados modernos – reelaborá-las pelo exorcismo de um mal atribuído, garantindo-lhes, desse modo, a integridade das fronteiras de pertencimento.

Essas ‘negociações da realidade’ voltam a aparecer claramente tanto nos meandros das decisões reprodutivas dos informantes de Luna quanto nos dilemas éticos da gestão da vida familiar da rede estudada por Gomes. É interessante que o tema do ‘segredo’, como forma de adequação entre as decisões individuais e as condições morais prevalentes no âmbito da família ou da congregação, apareça como uma estratégia digna, capaz de ser explicitada a um pesquisador. Que melhor sinal do ‘subjetivismo’ crescente se poderia encontrar, ainda mais por se tratar majoritariamente, nesses casos, de membros das classes populares, habitualmente associados à preservação de uma visão de mundo mais hierárquica, menos atravessada pela ideologia do individualismo?

É conveniente ressaltar ainda como o tema do ‘naturalismo’ se exprime vivamente no material de Luna, em função do contexto de diálogo com as experiên-

cias de gestão do corpo e de utilização dos recursos da biomedicina. Avulta aí o estatuto complexo e desafiador da categoria ‘vida’, que tem ressonâncias espirituais e materiais em nossa tradição cultural e é indissociável da representação de uma *fons vitae*, seja esta o Espírito transcendente ou a própria família terrena. O tema do naturalismo também está subjacente aos materiais de Steil, sob a forma de uma representação muito peculiar do psiquismo, e Mazur, na representação tipicamente kardecista da vida espiritual como uma dimensão indissociável da realidade material (uma ‘natureza’ especial, portanto, mais que uma ‘sobrenatureza’ em seu sentido convencional).

Muito indagamos à família e à religião para o conhecimento de nossa cultura e de nossas sociedades contemporâneas. Ainda há muito a perguntar. Que este seja um estímulo a novas questões, novos esforços de pesquisa, novas estratégias e enfoques de inquietação e dúvida. De família e religião ainda muito haveremos de tratar.